

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO FÓRUM DA COMARCA DE OIAPOQUE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE E ENCONTRO TRANSFRONTEIRIÇO

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dez horas e oito minutos, no Plenário do Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Oiapoque, e sob a presidência do Desembargador JOÃO GUILHERME LAGES MENDES, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, foi aberta a Audiência Pública, com o objetivo de dar conhecimento das atividades do Poder Judiciário do Amapá aos cidadãos do Município de Oiapoque, abrindo diálogo direto com a comunidade para que as autoridades presentes possam analisar e discutir os conflitos, problemáticas e anseios da população. Compareceram as seguintes autoridades que compuseram, junto ao Desembargador João Lages, a mesa: Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira, Diretor da Escola Judicial do Amapá; Paulo César Madeira do Vale, Juiz Auxiliar da Presidência do TJAP; Mayra Júlia Teixeira Brandão, Juíza de Direito Substituta, em exercício na Comarca de Oiapoque; Átila Rodrigues de Almeida, Delegado de Polícia Civil, representando o Governo do Estado do Amapá; Deputada Maria Cristina Almeida, representando a Assembleia Legislativa do Amapá; Jucilton Salazar Pereira, Cônsul do Consulado de São Jorge, Autoridade Consular; Maria Orlanda Garcia, Prefeita do Município de Oiapoque; José Nazareno Rodrigues Lobão, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Oiapoque; Helena Monteiro, representando a Ordem de Advogados do Brasil – Seccional do Amapá, no Município de Oiapoque e Conselheira Seccional da OAB/AP; Alexandre Oliveira Koch, Defensor Público da Comarca de Oiapoque, representando a Defensoria Pública do Amapá; Comandante Fernando César da Silva, Capitão dos Portos do Amapá, representando o Vice-Almirante Newton de Souza Neto, Comandante do 4º Distrito Naval; 1º Tenente Gyan Tardeli Austria, Subcomandante Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte, representando a 22ª Brigada de Infantaria de Selva; Major Marcos Vinicius da Silva Batista, Comandante do 12º Batalhão de Polícia Militar de Oiapoque, representando o Comando Geral da Polícia Militar do Amapá; e, por fim, o Senhor Eddy Caman, 6º Vice-Prefeito de São Jorge, representando a Prefeitura de São Jorge – Guiana Francesa. Fica registrado em ata que o Promotor de Justiça Benjamin Lax foi convocado para participação de curso, fazendo-se ausente da presente Audiência Pública, bem como os demais promotores que respondem pela Promotoria de Oiapoque. Após o cerimonial e a apresentação e composição da mesa, foi executado o Hino Nacional Brasileiro. Dada a palavra ao Desembargador João Lages, o mesmo saudou a todos os membros da mesa e, em nome do Juiz-Auxiliar da Presidência Paulo Madeira, saudou o Juiz de Direito Aposentado Luiz Grott, que se fez presente nesta Audiência Pública.

Em cumprimento à Representante da OAB, o Desembargador João Lages informou que os presos em regime semi-aberto moradores do Oiapoque, a partir do final do mês, utilizarão tornozeleira eletrônica e assim poderão cumprir a pena em seu município de residência. Iniciados os trabalhos, O Desembargador João Lages informou que o objetivo da presente Audiência Pública é promover o estreitamento das relações com as autoridades francesas, visando solucionar os diversos problemas, tendo em vista que Oiapoque é região fronteira com a Guiana Francesa. Ademais, informou que diversos magistrados, anualmente, vão para a França para estudar na Escola de Magistratura Francesa, no entanto verifica que deve existir uma cooperação mútua do Judiciário Amapaense com o Judiciário Francês, ouvindo todas as autoridades e cidadãos presentes de forma a levar as problemáticas da região aos juízes franceses. Também deixou claro que esta Audiência Pública está disposta a ouvir a população de Oiapoque para que dentro das atribuições do Poder Judiciário, serão promovidas todas as melhorias e ajustes necessários para a efetiva prestação jurisdicional a todos os moradores deste Município. Agradeceu aos profissionais de Imprensa, ao Cerimonial e servidores do Tribunal de Justiça do Amapá pelo empenho na realização desta

Audiência Pública. O Presidente passou a palavra ao Juiz Auxiliar da Presidência Paulo Madeira, que inicialmente saudou a todos os membros da mesa e cidadãos presentes da Audiência Pública. Informou que foram feitas todas as análises dos processos na Comarca de Oiapoque, apresentando alguns dados numéricos aos presentes, mostrando que houve uma diminuição considerável no número de processos em andamento neste Município, demonstrando que houve considerável empenho da Justiça do Amapá para que a efetiva prestação jurisdicional, informando inclusive que houve aumento no número de processos distribuídos. Informou que um processo no município de Oiapoque possui o custo médio de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), justificando que o custo alto se deve à realidade do município, infraestrutura, dificuldade de deslocamento, entre outros. Solicitou aos presentes que participem efetivamente dizendo à mesa quais os problemas que verificam e o que o Judiciário pode fazer para solucioná-los.

Após, a presente Audiência Pública foi aberta a todos os participantes para fazerem seus questionamentos à Mesa: - O Senhor Jerico, ouvinte, fez o seguinte questionamento: Falando em nome da classe “catraieira”, veio, em defesa da sua classe, informando o ocorrido no mês de abril, quando houve informação da Receita Federal que iria convocar a Marinha, a Polícia Federal para que se fizesse apreensão de todos os motores comprados na Guiana Francesa e registrados e regulamentados na Marinha Brasileira. Perguntou a mesa o porquê de tal situação, tendo em vista que os motores foram devidamente regulados junto aos órgãos competentes. - Dada a palavra ao Vereador Joaquim da Farmácia, questionou sobre as apreensões e destruição das mercadorias apreendidas no trânsito fluvial entre a Guiana Francesa e Oiapoque. Questionou também as problemáticas referentes ao fornecimento de energia elétrica e demais infraestrutura ao povo de Vila Brasil. Além disso questionou sobre toda a problemática envolvendo a Guiana Francesa, tendo em vista a grande discriminação pro parte do governo francês em face do povo de Oiapoque e principalmente o povo das regiões distritais do município. - Dada a palavra ao Secretário de Agricultura – Seu questionamento foi em decorrência das péssimas condições da Rodovia de acesso do Oiapoque ao restante do Estado, que acaba por causar demasiado prejuízo econômico a região, uma vez que todo o escoamento da produção agrícola e de piscicultura é prejudicado pelas péssimas condições das vias e demora no trânsito desta mercadorias ao sul do Estado. - Dada a palavra ao Senhor Eduardo, professor de Geografia. Questionou sobre a agricultura no município de Oiapoque, uma vez que, em sua área de atuação, em pesquisa com os agricultores, informou diversos problemas na área rural do município, no tocante à grilagem de terra, invasões e principalmente fiscalizações ambientais que não levam em conta a realidade das famílias que utilizam a agricultura de subsistência. Informou que essas medidas tem causado um êxodo das pessoas do campo para a cidade, para o trabalho informal e para o garimpo ilegal, causando outras problemáticas sociais. Informou ainda que existe alta produção de mandioca e grande número de bubalinos, demonstrando que há espaço para crescimento da agricultura e pecuária da região, no entanto, não há uma política pública para esta população, apenas havendo as fiscalizações ambientais, impedindo o modo de vida do homem do campo. - Foi leita uma pergunta escrita: É possível o Senhor explicar o porquê de não ser implantado o consulado francês no município de Oiapoque, tendo em vista que é aqui a região de Fronteira? O Cônsul respondeu que o Brasil não tem como solicitar a abertura de consulado a território estrangeiro, tendo em vista que se trata de política interna daquele país, e que o Consulado Francês em Macapá foi conquistado depois de muitas conversas diplomáticas entre ambos os países. - Dada a palavra ao Vereador Miguel de Souza, representando a Vila Brasil: Questionou sobre o acordo binacional, uma vez que no Rio Oiapoque há diversos conflitos violentos que afetam os moradores da área. Em linhas gerais, questionou a falta de apoio no município, tendo em vista que as políticas são feitas na capital do Estado e em Brasília, sem observar a realidade local dos munícipes, em especial ao povo de Vila Brasil. Questionou, por fim, que o Parque Nacional do Tumucumaque causou prejuízo ao povo que

sempre morou na localidade e hoje sofre com a proteção ambiental que tirou totalmente a capacidade do povo da Vila Brasil de gerar renda para sua subsistência. - Dada a palavra ao Senhor Roberto Magave, representante do IAPEN no Oiapoque. O mesmo informou que serão disponibilizadas tornolezeiras eletrônicas para que os apenados da Comarca de Oiapoque possam cumprir a execução das penas de forma menos custosa ao Estado. - Dada a palavra a Senhora Naiara, Coordenadora de Educação Ambiental. Informou a falta de recursos para projetos maiores na área de Educação Ambiental, tendo em vista que, com o crescimento do Município, houve um crescimento também da poluição ambiental e dano ao meio-ambiente em geral. Solicitou a possibilidade de parceria junto ao Poder Judiciário para implementação desses projetos para a Educação Ambiental, tendo em vista os poucos recursos da pasta. Diante desse questionamento, foi dada a palavra à Deputada Cristina Almeida, que informou a criação de um Fundo com verbas que podem ser utilizadas em projetos de defesa ambiental, e que irá empreender esforços para a criação de projetos para o Município de Oiapoque. Além disso informou a possibilidade de conseguir recursos europeus que possam beneficiar a comunidade do Oiapoque nas questões ambientais. - Foi dada a palavra ao Senhor Genival que fez o seguinte questionamento: em relação aos cidadãos brasileiros que morrem em território francês e que existe um embaraço muito grande para o traslado, demorando mais de 30 dias para conseguir o transladado, além de custos absurdos. - Foi dada a palavra a Senhora Vaneza, representante da Vila Vitória. Questionou que, na Vila Vitória, há descaso por parte do Poder Público brasileiro, em especial aos agricultores, tendo em vista a dificuldade de escoamento da produção, eis que existe uma demanda muito grande na Guiana Francesa e demais países. Também questionou que o Consulado Brasileiro na Guiana Francesa não está dando o suporte necessário aos brasileiros que moram naquele país. - Foi dada a palavra ao Juiz Aposentado Luiz Grott, que hoje é morador do Município de Oiapoque. Colocou que, na Vila Brasil, antes de qualquer estruturação do Poder Público naquela localidade, já existiam brasileiros que moravam lá e defendiam a fronteira brasileira. Pontuou a problemática com a ponte binacional, vez que apenas a Guiana Francesa aproveita dos seus benefícios, sendo extremamente difícil qualquer relação que dependa do Governo Francês. Questionou que precisa ser incluído nos debates, membros das Relações Internacionais, de forma a efetivamente haver uma cobrança das autoridades francesas na colaboração com Oiapoque. - Foi dada a palavra a Senhora Ruth Helena Monteiro, que informou a existência de demanda de uma Escola Pública de Língua Francesa, de forma a incentivar o turismo na região. Também solicitou que os Poderes intervissem em favor do “Bolinha”, lutador juvenil de luta greco-romana, que por problemas familiares, está encontrando embaraços para retirar seu passaporte, impedindo-o de viajar até Budapeste – Hungria, onde haverá o Mundial de luta olímpica, o qual foi classificado. - Dada a palavra ao Vice-Prefeito de São Jorge, o mesmo informou que tanto Oiapoque quanto a comunidade de São Jorge, na Guiana são extremamente ligados, necessitando de debates efetivos entre os dois países, tendo em vista que não existe fronteira de fato, onde ambas as comunidades se misturam. No entanto, informou que por conta da legislação francesa há muito embaraço nessas relações, e que existe dificuldade na alteração dessas leis, mas que por parte da comunidade de São Jorge, há muito interesse em estreitar as relações com Oiapoque.

A Deputada Cristina Almeida informou que, no caso do “Bolinha”, a Comissão de Relações Exteriores da ALAP irá empreender esforços para que seja emitido o seu passaporte. O Desembargador João Lages também informou que o Poder Judiciário irá dar prioridade para o referido caso, para que o jovem possa representar o Brasil e o Amapá na Hungria. Também solicitou a Senhora Ruth que apresente projetos ao Tribunal de Justiça para a disponibilidade de recursos para financiar tais projetos com recursos para o referido fim. - Dada a palavra ao Senhor , inicialmente parabenizou a iniciativa do Poder Judiciário do Amapá em realizar a presente Audiência Pública. Solicitou intervenção dos Poderes para manutenção dos Cursos de Direito e

Enfermagem, pela Universidade Federal do Amapá, que correm o risco de extinção no Município de Oiapoque. Informou ainda os problemas ligados à saúde, uma vez que falta infraestrutura para atendimento ao povo, sobrecarregando os profissionais da saúde, em especial os enfermeiros. O Desembargador João Lages informou que irá hoje polo da UNIFAP neste Município as 19:00hrs para tratar dos referidos assuntos diretamente com os estudantes.

O Desembargador João Lages pontuou a necessidade de que o povo do Oiapoque se dirija ao Ministério Público para que sejam notificadas as Empresas de Telefonia para solução dos problemas de telefonia e internet neste município, que foi verificado pelo Presidente ao longo destes dias que passou em Oiapoque, e que causa diversos transtornos aos cidadãos. - Dada a palavra ao Senhor José (Dedé) Gomes, representando a sociedade brasileira na Guiana. Informou as seguintes problemáticas com relação à área de fronteira: Informou que não há compreensão dos Poderes Públicos quanto as relações entre os dois países nesta região de fronteira, aplicando a legislação sem levar em conta os problemas sociais. Informou a falta de registro de inúmeros brasileiros que moram na Guiana Francesa. Informou ainda que, por conta dos embaraços para travessia de brasileiros pela Ponte Binacional, isso afasta o turismo da região, somente sendo livre o trânsito dos cidadãos franceses para o Brasil, não havendo reciprocidade nas relações.

Por fim cobrou a necessidade de um esforço coletivo de todas as autoridades brasileiras e francesas para que se dê efetividade ao desenvolvimento da região. Encerrados os questionamentos, o Desembargador João Lages passou a palavra ao Desembargador Carlos Tork para as considerações finais. Cumprimentando inicialmente todos os membros da mesa e os cidadãos presente, informou que o Poder Judiciário empreendeu esforços para ouvir a comunidade do Oiapoque para entender a problemática local e tomar todas as medidas possíveis pelo Poder Judiciário e encaminhar as demandas aos demais órgãos e poderes para solução dos conflitos.

Pontuou que o Poder Judiciário irá, em conjunto com o Judiciário Francês, empreender esforços para resolução dos conflitos na área de fronteira, estudando inclusive a possibilidade de criação de legislação própria para esta região, de forma a melhorar as relações entre ambas as fronteiras. Informou que, no Encontro Transfronteiriço do Judiciário, a ser realizado em setembro, serão discutidos os seguintes temas: liberação do visto de circulação; redução do Seguro de Automóveis; violência doméstica na fronteira; regulação das catraias e sua capacidade de transporte de mercadorias; entre outros temas relevantes e que dizem respeito ao Poder Judiciário. Informou que o Encontro Transfronteiriço do Judiciário receberá nesta cidade autoridades da França, de Brasília e de todo o Amapá, devendo o Município de Oiapoque se preparar para receber um evento deste porte. Informou que todos os questionamentos serão analisados e, dentro das possibilidades do Tribunal de Justiça, resolvidos ou encaminhados aos órgãos e poderes competentes para sua solução. Agradeceu a hospitalidade do povo de Oiapoque, retornando a palavra ao Desembargador João Lages.

Por fim, o Desembargador Presidente fez os agradecimentos a todos os membros da mesa e a todos os cidadãos presentes. Pontuou a necessidade de o mundo ver a Amazônia e o povo que aqui mora, que precisa de desenvolvimento sustentável, agradecendo todo o acolhimento do povo ao longo dos últimos dias e que o Poder Judiciário está integralmente a disposição da população do Oiapoque. Por fim, declarou encerrada a presente audiência pública, às doze horas e dez minutos.

Eu, Lucas Bitencourt de Souza _____, Assessor Jurídico da Presidência, lavrei e assinei a presente Ata de Audiência Pública. O referido é verdade e dou fé.

Oiapoque, 03 de maio de 2019.

DESEMBARGADOR JOÃO GUILHERME LAGES MENDES
Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá

DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA
Diretor da Escola Judicial do Amapá

JUIZ DE DIREITO PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA
Juiz-Auxiliar da Presidência/TJAP

JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA MAYRA JÚLIA TEIXEIRA BRANDÃO
Juíza Substituta da Comarca de Oiapoque

DELEGADO ÁTILA RODRIGUES DE ALMEIDA
Representando o Governo do Estado do Amapá

DEPUTADA ESTADUAL MARIA CRISTINA ALMEIDA
Representante da Assembleia Legislativa do Amapá

CÔNSUL JUCILTON SALAZAR PEREIRA
Autoridade Consular

PREFEITA DE OIAPOQUE MARIA ORLANDA GARCIA
Prefeitura Municipal de Oiapoque

VEREADOR JOSÉ NAZARENO RODRIGUES LOBÃO
Presidente da Câmara de Vereadores de Oiapoque

ADVOGADA HELENA MONTEIRO
Representando a OAB/AP no Oiapoque

DEFENSOR PÚBLICO ALEXANDRE OLIVEIRA KOCH
Representando a Defensoria Pública do Amapá

COMANDANTE FERNANDO CÉZAR DA SILVA
Capitão de Portos do Amapá, representando o 4º Distrito Naval

1º TENENTE GYAN TARDELI AUSTRIA
Representando a 22ª Brigada de Infantaria de Selva

MAJOR MARCOS VINICIUS DA SILVA BATISTA
Representando o Comando de Polícia Militar do Amapá

6º VICE PREFEITO EDDY CAMAN
Representando a Prefeitura de São Jorge – Guiana Francesa